



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS



Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
DA ÁREA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
2016**

RALATÓRIO FINAL

Maputo, Maio de 2017

ÍNDICE

ÍNDICE	i
INDICE DE TABELAS	ii
INDICE DE FIGURAS	ii
SUMÁRIO	1
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	6
2.1 Avaliação dos Indicadores	6
2.1.1 Matriz de avaliação do Programa Quinquenal do Governo.....	6
2.1.2 Indicadores dourados da área de gestão de recursos hídricos.....	9
2.2 Outras Realizações	14
2.3 Assuntos Chave e Recomendações	15
2.3.1 Assuntos chave.....	15
2.3.2 Recomendações	16
3. QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA DE GESTÃO DE RECURSOS HIDRICOS	18
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2016.....	21
4.1 Gestão das Finanças Públicas	21
4.2 Execução Orçamental.....	21
4.3 Execução Orçamental da Área de Gestão de Recursos Hídricos em 2016.....	22
4.3.1 Orçamento de funcionamento.....	23
4.3.2 Orçamento de Investimento	24
4.3.3 Receitas próprias.....	27
4.3.4 Dívida da área de gestão de recursos hídricos.....	28
5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	30
6. ANEXOS	35
6.1 Indicadores Dourados	35
6.2 Projectos em Curso	36
8. REFERÊNCIAS	37

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Metas Estratégicas do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019).....	6
Tabela 2: Matriz Estratégica do PQG 2015-2019 - Gestão de Recursos Hídricos	8
Tabela 3: Classificação das bacias hidrográficas	9
Tabela 4: Capacidade de armazenamento por bacia hidragráfica - 2016	10
Tabela 5: Resumo dos mecanismos de financiamento do sector de águas	22
Tabela 6: Execução do orçamental da área de gestão de recursos hídricos - 10 ³ MZN.....	22
Tabela 7: Despesas da área de gestão dos recursos hídricos com discriminação dos fundos externos - 10 ³ MZN	23
Tabela 8: Despesas totais de funcionamento da área de gestão de recursos hídricos por níveis - 10 ³ MZN ..	23
Tabela 9: Detalhes de discriminação do orçamento de investimento por origem dos fundos - 10 ³ MZN.....	24
Tabela 10: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10 ³ MZN.....	25
Tabela 11: Despesas totais do Investimento Externo - 10 ³ MZN	25
Tabela 12: Despesas do Investimento Externo On Budget “ON CUT”- 103 MZN	26
Tabela 13: Despesas do Investimento Externo On Budget “OFF CUT”- 103 MZN	26
Tabela 14: Despesas do Investimento Externo Off Budget “OFF CUT”- 103 MZN	27
Tabela 15: Execução da receita própria das ARAS - 10 ³ MZN.....	27
Tabela 16: Análise comparativa das receitas próprias e orçamento interno	28
Tabela 17: Relação das dívidas da área de gestão de recursos hídricos por níveis de instituições - x10 ³ MZN	29
Tabela 18: Relação das dívidas da área de Gestão de Recursos Hídricos ao nível das ARAs - x10 ³ MZN.....	29

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Tendências de Construção de Estações Hidrométricas.....	12
Figura 2: Quadro Institucional Actual da Área de Gestão de Recursos Hídricos de Moçambique	18

SUMÁRIO

Metas do Programa Quinquenal do Governo

O programa Quinquenal do Governo preconiza o aumento da capacidade de armazenamento de 58.000 para 60.000 Mm³ (meta revista) até 2019. Os outros objectivos estratégicos são: a percentagem das principais bacias hidrográficas com planos de gestão de recursos hídricos que deve ser de 29% (6 bacias¹) e o volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas com a meta de 3.510 Mm³ a partir dos actuais 531 Mm³. Os progressos observados em 2016 foram: início das obras da barragem de Moamba-Major; em curso a elaboração de planos de bacias de Guiúua-Mutamba, Inhanombe, Zambeze, Lúrio, Limpopo, Licungo, Messalo e Pequenas bacias das Províncias de Nampula e Zambézia e assinatura do acordo de partilha das águas da bacia do Púnguè com o Zimbabwe. Com estas realizações já foi alcançada uma das metas do quinquênio de assegurar legalmente nas bacias partilhadas o volume de 3.510 Mm³, escoamento mínimo anual no território nacional. Portanto, a avaliação do progresso comparativamente às metas do quinquênio é positiva porque já existe uma meta alcançada e as outras 2 metas têm as respectivas actividades em curso, embora para o armazenamento seja necessário um esforço redobrado para se alcançar a meta dos 60.000 Mm³.

Avaliação Geral do Desempenho com Base nos Indicadores Sectoriais

As acções de 2016 foram direccionadas para três áreas principais: (i) construção de redes das estações de monitoramento de recursos hídricos, (ii) realização de obras de reabilitação e construção de barragens; (iii) reabilitação de diques de defesa contra cheias.

Em relação às **estações de monitoramento de recursos hídricos** foi planificada a construção de 24 estações hidroclimatológicas e a sua realização foi de 100%. Portanto, o alvo deste indicador **foi atingido**.

No âmbito de **construção de infra-estruturas de retenção**, previa a reabilitação e construção de grandes e pequenas barragens e a sua realização respectiva foi: (i) barragem de Moamba major e sua realização em 8%, que foi cumprido em 100% do planificado; (ii) conclusão das obras de construção da barragem de Gorongosa e progredir com a construção da barragem de Metuchira em 10%, que não observaram qualquer progresso por falta de disponibilidade financeira; (iii) progredir com as obras de reabilitação da barragem de Massingir em 40%, cuja execução progrediu até os 38% (95% do planificado) e (v) concluir as obras de reabilitação da barragem de Macarretane, que foi realizado em 100%. A realização global desta componente estima-se em 54% por ter sido afectada pelos desafios financeiros enfrentados com as obras das barragens de Gorongosa e de Metuchira. Portanto, o alvo global deste indicador **não foi atingido**.

¹Note-se que os planos de bacias definidos no PQG 2015-2019 são: Limpopo, Zambeze, Licungo, Lúrio, Messalo e Meluli.

Ainda na **área de infra-estruturas de retenção** foram construídas 7 represas na província de Tete, sendo 4 no distrito de Mutarara e 3 no distrito de Changara, 1 em Cassimati, no distrito de Namaacha/Maputo e 1 em Phumula, distrito de Panda/Inhamabane, 1 em Morrumbala na Zambézia. Foram também iniciadas obras de construção de 3 represas nas zonas semi-áridas do distrito de Changara/Tete. O alvo agregado deste indicador não atingido mas teve um progresso assinalável.

No que diz respeito a **infra-estruturas de protecção**, foram reabilitados 18 km de extensão de dique de defesa na bacia de Licungo em Nante e 3 km na bacia de Incomáti, Josina Machel, totalizando 21 km, tendo sido **atingido** o alvo deste indicador.

O orçamento total da área de gestão de recursos hídricos em 2016 teve uma dotação total actualizada de **3.896.638 mil Meticais** o que representa um crescimento nominal de 60% comparativamente a 2015 cujo orçamento aprovado foi de **2.437.261,07 mil Meticais**. Do valor total da dotação actualizada **4%** foi para o funcionamento e **96%** para o investimento. O financiamento externo contribuiu significativamente em 2016 para o orçamento do Sector com 79% de toda a dotação (contra os 77% em 2015), uma tendência de dependência de fundos externos comparável a da área do abastecimento de água e saneamento. Destes, 87% dos fundos externos foi executado fora da Conta Única do Tesouro, “*OFF CUT*”.

O grau de execução do orçamento total em 2016 foi de 52%, com as seguintes execuções parciais: orçamento interno - **60%** e orçamento externo - **50%**. A dívida total da área de Recursos Hídricos situa-se nos pouco mais de **5.600.113 mil Meticais**. **Deste, 99%** foi contraída pelo Nível Central e é relativa às obras de construção de infra-estruturas de armazenamento de água (comparticipação do Governo sobre os contractos de empreitadas e as respectivas fiscalizações das obras de reabilitação e construção das barragens de Massingir e Moamba Major.

A execução também ficou afectada pelo abrandamento dos desembolsos dos projectos de reabilitação da barragem de Massingir e construção da barragem de Moamba Major, bem como o não inicio das obras de conclusão da barragem de Corumana e reabilitação dos diques de Nante e Nicoadala.

Desafios Encontrados

- ❖ O subsector ainda apresenta ausência de sistema nacional de gestão de informação de recursos hídricos consolidado, para a recolha, armazenamento e disseminação de dados e informação, o que dificulta a avaliação dos processos no âmbito de gestão e na tomada de decisão em tempo útil;
- ❖ A meta de armazenamento do quinquénio de 1.000 Mm³ adicionais requer a combinação das seguintes realizações: conclusão da obra de construção da barragem de Moamba-Major (actualmente a 8% de execução) e conclusão das obras de reabilitação das barragens de Corumana e de Chipembe (que ainda não iniciaram). A consecução deste objectivo torna-se um desafio tendo em conta que restam 3 anos para o término do quinquénio.

- ❖ As infra-estruturas de armazenamento de água planificadas pelo Sector para o presente quinquénio não cobrem todas as necessidades primárias urgentes como são os casos das necessidades de fontes para o abastecimento de água as Cidades de Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga, e até finais de 2016 foram realizadas apenas acções de lavamento de base sobre as fontes de água alternativas
- ❖ Apesar de o desempenho em termos de garantia legal da disponibilidade de escoamentos mínimos nas bacias partilhadas ser positivo, tendo em conta o planificado para este quinquénio, esta garantia ainda não cobre todas as bacias partilhadas da região sul, que é muito crítica devido a combinação de factores tais como escassez de recursos hídricos e elevada concentração da população (concentração de centros urbanos) e conseqüentemente da demanda primária.
- ❖ O número de represas e reservatórios escavados construídos em 2016 é relativamente baixo se tomarmos em conta as necessidades destas infraestruturas (como fontes de água) para a área de abastecimento de água rural com vista a materialização dos seus objectivos definidos no documento preliminar da visão 2030, de elevar a contribuição do abastecimento por água canalizada nas zonas rurais dos actuais 15% para 22% em 2019, 31% em 2024 e 40% em 2029.
- ❖ Apesar do aumento de 60% relativamente ao orçamento revisto de 2015, o valor executado em 2016 ainda foi baixo para os desafios do Sector. Em 2016 o valor global do orçamento actualizado (interno e externo) foi equivalente a cerca de 60 milhões de Dólares Americanos, mas o valor executado foi de cerca de 32 milhões de Dólares Americanos, equivalente a 74% do valor executado em 2015.

Propostas de Soluções para Melhorar o Desempenho

- ❖ Massificar a construção de represas e reservatórios escavados, priorizando zonas áridas e semi-áridas;
- ❖ Desenvolver estudos que avaliam e informam sobre o potencial de recursos hídricos das bacias hidrográficas que se verifica o stress hídrico;
- ❖ Continuar a mobilizar financiamentos para a construção de barragens de fins múltiplos, através das PPPs;
- ❖ Melhorar a gestão participativa no processo de gestão de recursos hídricos, envolvendo diferentes actores da sociedade, através de comités de bacias hidrográficas;
- ❖ Devido a nossa localização geográfica, melhorar a coordenação e monitoramento dos protocolos e memorandos de entendimento com os países com os quais Moçambique partilha as bacias hidrográficas, assegurando a troca de dados e informação hidroclimatológicos, para a monitoria dos eventos extremos;
- ❖ Acelerar o processo de implementação do sistema nacional integrado de gestão informação de recursos hídricos;

- ❖ Inscrever a rubrica de gestão de cheias e secas no módulo de execução financeira do Estado; e
- ❖ Estudar a possibilidade de inscrever o orçamento das Administrações Regionais de Águas a nível central dado ao carácter regional das intervenções feitas por estas instituições.

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Avaliação do Desempenho da Área de Gestão de Recursos Hídricos de Moçambique de 2016 (RADS-GRH 2016) é o sétimo desta série². O primeiro foi elaborado em 2010 e desde então, este tem sido o instrumento principal de avaliação do desempenho da área de GRH tanto pelo Governo, como pelos seus Parceiros de Apoio Programático. O RADS-GRH 2016 é por outro lado, o segundo do ciclo de planificação do Quinquénio 2015-2019, no qual o Governo criou duas Direcções Nacionais para implementar as políticas e estratégias do Sector de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, nomeadamente a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) e a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS).

Assim, a partir de 2015, o RADS-DRH é preparado na base do relatório anual de Balanço dos Planos Económicos e Sociais (PES) da “DNGRH” que contém informação consolidada de nível central (Departamentos) e das Administrações Regionais de Águas (ARAs) e outros estudos realizados no período em referência. O Relatório Anual de Desempenho da Área de Gestão de Recursos Hídricos (RADS-GRH) distingue-se dos outros relatórios na natureza da análise. Enquanto os relatórios anuais da área de recursos hídricos centram-se na relação entre os planos, execução e o impacto na vida das populações, o RADS-GRH faz análise em relação as metas anuais, explorando as razões de desempenhos particulares e recomendando medidas para sua melhoria.

A avaliação de desempenho de 2016 teve as seguintes principais fontes de dados: o balanço do PES 2016 da “DNGRH” e outros estudos nacionais e internacionais para efeitos comparativos.

O relatório está dividido em quatro partes principais: a primeira parte é dedicada à avaliação do desempenho contra o PES-2016, as metas do Governo e dos ODS das três principais áreas (Gestão integrada dos recursos hídricos, gestão integrada das bacias internacionais e a expansão da capacidade de armazenamento da água); a segunda parte faz a análise do quadro institucional, onde analisa as responsabilidades dos vários níveis, bem como os desenvolvimentos em curso; a terceira parte faz a análise da execução orçamental com destaque para a origem dos recursos, a sua distribuição pelas áreas principais e o nível de descentralização do orçamento; e a quarta e última parte reporta o nível de implementação das recomendações da revisão conjunta com os parceiros.

O RADS-GRH 2016 avalia o segundo (2º) ano do ciclo de planificação definido pelo Programa Quinquenal do Governo (2015-2019), é o sétimo da série e integra-se dentro de dois ciclos de planificação: (i) o Programa Quinquenal do Governo (2015-2019); e (ii) Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS). Assim, parte da avaliação é feita tendo em conta a perspectiva de alcance das metas do Governo em 2019 e o progresso rumo às metas dos ODS.

²Note-se que os anteriores eram denominados Relatório de Desempenho do Sector de Águas porque incluíam as duas áreas que compõem o sector, a gestão de recursos hídricos e o abastecimento de água e saneamento.

2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO




2.1 Avaliação dos Indicadores

2.1.1 Matriz de avaliação do Programa Quinquenal do Governo

O Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 para a área de gestão de recursos hídricos define os compromissos do Governo relativamente a necessidade de garantir a gestão integrada dos recursos hídricos, gestão integrada das bacias hidrográficas internacionais e expansão da capacidade de armazenamento da água para satisfazer necessidades socioeconómicas e prevenção de desastres naturais, estabelecendo objectivos estratégicos e acções prioritárias indicadas na tabela 1, nomeadamente:

- ❖ O aumento da capacidade de armazenamento da água de 58.000 Mm³ em 2014 para 60.000 Mm³ em 2019;
- ❖ Aumento gradual da proporção das bacias principais com planos já elaborados para 29%; e
- ❖ Garantir legalmente o escoamento mínimo para a satisfação das necessidades nacionais de 531 Mm³ para 3.510 Mm³.

Tabela 1: Metas Estratégicas do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019)

Indicador	Meta	Progresso
Capacidade de Armazenamento (x 1,000 Mm ³)	60 ³	
% das principais bacias hidrográficas com planos de gestão de recursos hídricos	29%	
Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas (Mm ³)	3.510 ⁴	

Com a conclusão da implementação do PARP II em 2014, os indicadores de avaliação do impacto dos programas de redução da pobreza ficaram incorporados no Plano Quinquenal do Governo. Assim os indicadores de avaliação do desempenho são substituídos por indicadores do PQG para a área de recursos hídricos.

Da tabela 1 constata-se que apenas a meta de armazenamento do quinquênio é que poderá não ser cumprida porque requerer a conclusão das obras de construção da barragem de Moamba-Major (que se encontra actualmente a apenas 8% de execução), a conclusão da reabilitação da barragem de Corrumana (que ainda não iniciou) e a conclusão da reabilitação da barragem de Chipembe (que igualmente ainda não iniciou). No que diz respeito ao indicador do volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas, a meta do Quinquênio já foi atingida com a assinatura do acordo de partilha das águas do Pungue que permitiu assegurar legalmente o volume mínimo adicional de 2.970

³ Nota: No PQG 2015-2019 a meta é de 82 Mm³

⁴ Considera os valores do acordo IncoMaputo (393 Mm³ para Incomati e 148 Mm³ para o Maputo), que já estavam assinados e o acordo do Pungue (2.970 Mm³), assinado em 2016

Mm³ anuais. Quanto aos planos de bacias, há um progresso assinalável, nomeadamente Zambeze e Lúrio com os planos em elaboração; Licungo e Messalo na fase de “procurement” dos consultores e apenas Limpopo e Meluli que ainda não iniciaram. Entretanto, há bacias que apesar de não constarem do PQG 2015-2019 já estão numa fase avançada de elaboração dos respectivos planos (Guiúá-Mutamba, Inhanombe e pequenas bacias das províncias de Nampula e Zambézia).

Tabela 2: Matriz Estratégica do PQG 2015-2019 - Gestão de Recursos Hídricos

Sector	Objectivo do PQG 2015-2019	Programa do CFMP	Indicador de Resultado (Fonte de verificação)	Base 2014	Progresso 2016	Indicador de Produto (Fonte de verificação)	Meta 2016	Real 2016	Meta 2017
Gestão de Recursos Hídricos	Construir e expandir de armazenamento de água e irrigação	Gestão de Recursos Hídricos	Capacidade de armazenamento da água (Milhões de m3)	58.000	58.000	Número de barragens construídas e reabilitadas	1	0	1
			% das principais bacias hidrográficas com planos de gestão de recursos hídricos	14%	14%	No de planos de bacias elaborados por ano	2	0	2
			Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas (Mm3).	540	3.510	No de acordos de partilhas assinados por ano	1	1	0

2.1.2 Indicadores dourados da área de gestão de recursos hídricos

Para o Quinquénio 2015-2019 existem três indicadores de resultados suportados por 13 indicadores de produtos para avaliar o desempenho periódico. Os indicadores de resultados propostos são: (i) **Capacidade de armazenamento instalada** - que tem como objectivo, medir o incremento da capacidade de armazenamento de água superficial com vista a responder aos desafios do desenvolvimento social e económico do país, bem como a redução da vulnerabilidade a secas e cheias; (ii) **Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas** - que mede o volume de água das bacias partilhadas disponível para ser usado por Moçambique, tendo em conta os acordos de cooperação de partilha da água assinados com os países a montante; e (iii) **Percentagem das principais bacias com planos elaborados** - que mede o progresso na elaboração dos planos das 35 bacias estratégicas descritas na tabela 3.

Tabela 3: Classificação das bacias hidrográficas

Região	Bacias Estratégicas	Bacias Internacionais	Bacias com Planos Elaborados
Sul	Umbeluzi, Maputo, Incomáti, Limpopo, Mutamba, Guiua, Inhanombe, Inharrime & Govuro	Umbeluzi	Umbeluzi
		Maputo	Maputo
		Incomáti	Incomati
		Limpopo	-
Centro	Save, Búzi, Pungue, Gorongose & Savane	Save	-
		Búzi	-
		Pungue	-
Zambeze	Zambeze	Zambeze	-
Centro-Norte	Licungo, Ligonha, Meluli, Monapo, Lúrio, Raraga, Malela, Molocué, Mecuburi, Namacurra, Mongicual & Larde	-	-
Norte	Messalo, Rovuma, Montepuez, Megaruma, Calundi, Meronvi, Macanga & Quibanga	Rovuma	-
Total	35	9	3

a) Capacidade de armazenamento

Definição:	Capacidade instalada no país para armazenar escoamentos superficiais para o seu uso no desenvolvimento socioeconómico e na prevenção de desastres naturais (cheias e secas)
------------	---

O país dispõe de uma capacidade de armazenamento total estimada em 58,0 mil milhões de m³ nas 35 bacias estratégicas (tabela 3). A meta para o quinquénio 2015-2019 é de alcançar uma capacidade de armazenamento de 60,0 mil milhões de m³ (pelo desenvolvimento de infraestruturas adicionais com capacidade de armazenamento mínima de 1.000 Mm³) e para 2016 não estava prevista a conclusão de qualquer obra de reabilitação/construção de qualquer barragem, mas actividades preparatórias para este fim. Este objectivo será potencialmente alcançado através da conclusão combinada das seguintes obras: reabilitação da Barragem de Corrumana (que prevê adicionar mais 356,0 Mm³), construção da

Barragem de Moamba-Major (+750 Mm³) e reabilitação da Barragem de Chipembe (25 Mm³), todas previstas para serem concluídas em 2019. O progresso alcançado em 2016 neste contexto foi: execução em 8% das obras de construção da Barragem de Moamba-Major; conclusão da reabilitação do equipamento hidromecânico da barragem de Macarretane; e realização acumulada das obras de reabilitação da Barragem de Massingir em 38%. As outras duas obras de construção de barragens ficaram paralisadas durante todo o ano de 2016 por constrangimentos financeiros, nomeadamente a Barragem de Gorongosa (0,8 Mm³) que manteve os 75% acumulados em 2015; e a Barragem de Metuchira (3,6 Mm³) que manteve os 10% acumulados em 2015. O progresso de apenas 8% em 2016 na Barragem de Moamba-Major e a ausência de progressos noutras barragens põe em risco a alcance da meta do PQG quando faltam apenas 3 anos de implementação. Portanto, o progresso deste indicador foi **insuficiente**.

Tabela 4: Capacidade de armazenamento por bacia hidrográfica - 2016

Região	Bacia	Capacidade de Armazenamento por Bacia (Mm ³)			
		Base - 2014	Meta - 2019	2015	2016
Sul	Umbeluzi	360,0	360,0	360,0	360,0
	Maputo	0,0	0,0	0,0	0,0
	Incomáti	884,0	1.990,0	884,0	884,0
	Limpopo	2.263,6	2.263,6	2.263,6	2.263,6
Centro	Save	0,0	0,0	0,0	0,0
	Búzi	1.821,2	1.821,2	1.821,2	1.821,2
	Pungue	87,6	87,6	87,6	87,6
Zambeze	Zambeze	52.423,0	52.423,0	52.423,0	52.423,0
Centro-Norte	Licungo	0,0	0,0	0,0	0,0
	Ligonha	0,0	0,0	0,0	0,0
	Melule	0,0	0,0	0,0	0,0
	Monapo	59,35	59,35	59,35	59,35
	Lúrio	2,6	2,6	2,6	2,6
	Outras	6,6	6,6	6,6	6,6
Norte	Messalo	0,0	0,0	0,0	0,0
	Rovuma	1,90	1,90	1,90	1,90
	Outras	56,0	81,0	56,0	56,0
Total		57.965,8	59.096,8	57.965,8	57.965,8

b) Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas

Definição: Volume de água das bacias partilhadas disponível para ser usado por Moçambique, tendo em conta os acordos de cooperação de partilha da água assinados com os países à montante.

Moçambique conta com nove (9) bacias partilhadas como indicado na tabela 3 nas quais em cumprimento dos seus interesses, das normas internacionais e particularmente do protocolo da SADC sobre os cursos de água partilhados é necessário garantir legalmente a

partilha sustentável dos recursos que inclui a assinatura e implementação de acordos de partilhas. O objectivo do para o Quinquénio 2015-2019 é de alcançar o volume estipulado nos acordos de partilha de 3.510 Mm³ em 2019, partindo de uma base de 531 Mm³ em 2014 referentes ao único acordo assinado até a data, o Inco-Maputo. Durante o ano de 2016 foi assinado o acordo de partilha e utilização das águas da bacia do rio Pungue entre Moçambique e Zimbabwe. Com a assinatura deste acordo o país garantiu legalmente a disponibilidade de pelo menos mais 2.979 Mm³, totalizando agora 3.510 Mm³ coberto por acordos de partilha já assinados, que também garante o cumprimento do objectivo do presente quinquénio para este indicador. Portanto, o alvo deste indicador foi **alcançado**.

c) **Percentagem de bacias principais com plano de gestão de recursos hídricos**

Definição:	Percentagem de bacias com plano de gestão de recursos hídricos tomando como base as 15 bacias classificadas como principais
------------	---

O valor base (2014) deste indicador é 14% (o equivalente a 3 bacias que já tinham em 2014 planos elaborados, nomeadamente Maputo, Umbeluzi e Incomáti e a meta do quinquénio é de alcançar uma taxa de 29%, o equivalente a um total de 6 bacias adicionais com planos já elaborados, nomeadamente, de acordo com o PQG 2015-2019, Limpopo, Zambeze, Licungo, Lúrio, Messalo e Meluli. Para o PES 2016 estava prevista a conclusão dos planos das bacias de Guiúia-Mutamba e de Inhanombe; a realização em 30% de cada um dos planos de Licungo, Messalo, Lúrio e Zambeze; e conclusão da contratação da consultoria para a elaboração dos planos das pequenas bacias das Províncias de Nampula e Zambézia. O progresso registado foi: a realização em 70% para as bacias de Guiúia-Mutamba e Inhanombe; Licungo (0%) ainda na fase de “procurement”; Messalo (0%) “procurement”concluído; Lúrio (20%) na fase da monografia; Zambéze (20%) também na fase da monografia; e uma realização de 40% das pequenas bacias das Províncias de Nampula e Zambézia. O grau de realização global desta actividade foi de 60% do planeado. Portanto, o alvo do PES **não foi atingido**⁵.

d) **População afectada por eventos extremos**

Definição:	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período
------------	--

Considera-se população afectada por eventos extremos no contexto da área de gestão de recursos hídricos, aquela que experimenta num determinado ano os impactos negativos das cheias ou da seca. Pela sua localização geográfica, à jusante de muitos rios internacionais e algumas zonas em áreas semiáridas, Moçambique é vulnerável tanto a cheias como a secas, tendo as piores desde 1977 sido observadas em 2000 com 3,0 milhões de afectados.

⁵Apesar de o número de bacias com planos em preparação ou com o processos de contratações de consultores concluído ser superior a 6, bacias não incluem 2 especificadas no PQG 2015-2019 (Limpopo e Meluli).

Ainda não estão disponíveis dados sistematizados relativos ao número de pessoas afectadas pelas secas e cheias em 2016. Os únicos dados disponíveis são do quinquénio anterior, relativos à avaliação da situação hidrológica e hidráulica das cheias em Moçambique no período 1977-2013 preparada pelo consórcio Consultec/Solomon que aponta para 350 mil pessoas afectadas pelas cheias em 2013. Portanto, não existem elementos objectivos para a avaliação deste indicador para o ano de 2016.

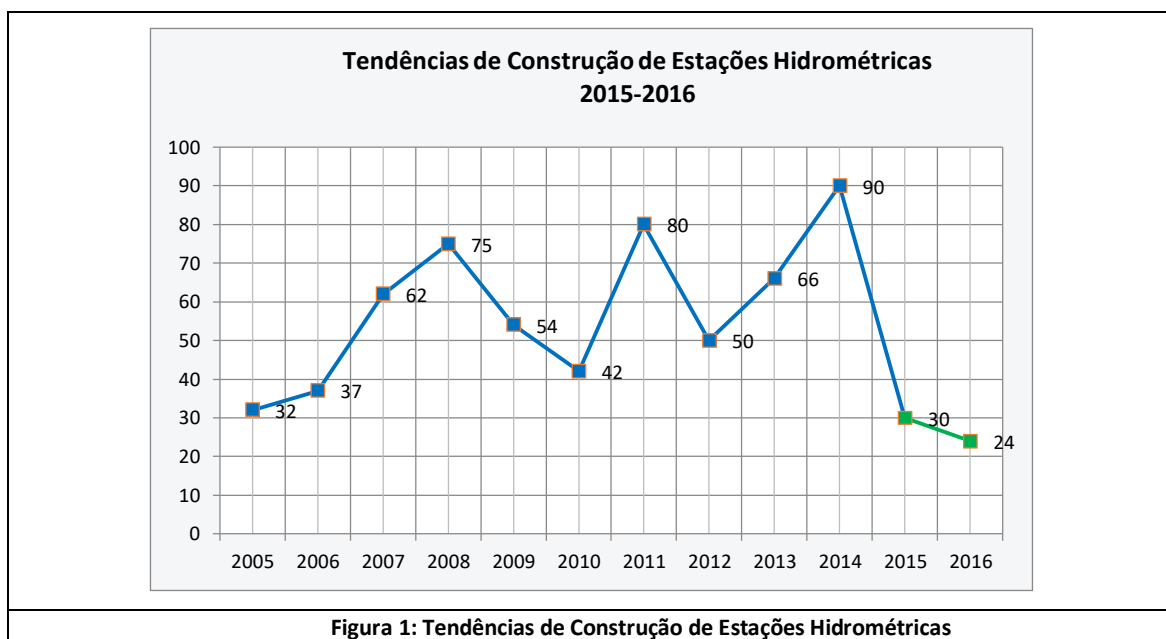
e) Estações hidro-climatológicas

Definição: Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano

As estações hidroclimatológicas são todo o conjunto constituído pelos instrumentos de medição dos parâmetros com influência no comportamento dos recursos hídricos, nomeadamente, escoamento dos rios, precipitação, evapotranspiração, temperatura, sentidos dos ventos, entre outros. As estações hidro-climatológicas podem ser manuais ou telemétricas (automatizadas).

No PES-2016 foi planificada a construção de 24 estações hidro-climatológicas manuais e a construção de 2 estações telemétricas. Foram construídas 24 estações manuais (100% de realização) e não foi construída qualquer estação telemétrica (0% de realização). No global o cumprimento deste objectivo do PES foi de 92%; portanto, o alvo do indicador não foi **atingido**, mas com progresso assinalável.

A construção de estações manuais apesar de ter sido realizada em 100% ainda está a ser feita dentro de um contexto de uma planificação muito conservadora. Os dados da execução dos primeiros 2 anos deste quinquénio (figura 1) mostram que a média anual situa-se em 27 estações, contra a média anual de 66 estações construídas no quinquénio anterior. Por outro lado, é também importante garantir que a construção das estações esteja alinhada com a priorização estratégica que a área de gestão de recursos hídricos já definiu através do relatório final do estudo da rede hidrometeorológica optimizada.



f) Infra-estruturas de retenção construídas e reabilitadas

Definição:	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano; Número de barragens médias construídas por ano; Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano; e Número de represas construídas e reabilitadas por ano.
------------	--

O PES-2016 previa o início da construção de uma barragem grande⁶ (Moamba-Major) para alcançar um nível de execução de 8%; a conclusão de uma pequena⁷ barragem (Gorongosa); a execução das obras de uma pequena barragem (Metuchira) em 10% para alcançar um acumulado de 20% no fim de 2016; reabilitar 2 barragens grandes: Massingir - de 10% para 40% de execução das obras e Macarretane - concluir as obras de reabilitação. O PES-2016 previa também a construção de 5 represas, nomeadamente Cassamati (Maputo), Panda (Inhambane), Goba-Cachenje, Chipembere e Candongolo (Tete).

Para a barragem grande planificada para construção, Moamba-Major, foi concluída a construção da ensecadeira provisória (fase I) e iniciaram as escavações da fundação do descarregador de tomada de água e central hidroelétrica, iniciaram também as obras de construção do estaleiro definitivo e das edificações de assentamento provisório e está em curso a elaboração do projecto executivo para o reassentamento definitivo. Estas realizações cumpriram em 100% o planificado no PES (8% de execução). Portanto, o alvo do PES-2016 deste indicador **foi atingido**.

Para as pequenas barragens, as duas obras planificadas: Gorongosa (conclusão) e Metuchira (execução em 10% adicionais), não observaram qualquer progresso por falta de disponibilidade financeira (Gorongosa) e falta de desembolsos do OE (Metuchira). Portanto, o alvo do PES deste indicador **não foi atingido**.

Quanto a construção das 5 represas planificadas, o progresso observado em 2016 foi o seguinte: 2 represas foram concluídas (Cassamati e Panda), com uma capacidade de armazenamento de 0,035 Mm³, cada; as obras das outras 3 represas foram realizadas até aos seguintes níveis de execução: Candongolo (16%), Goba-Cachenje (18%) e Chipembere (15%). O desenvolvimento das 3 últimas obras foi afectado pela falta de desembolsos dos fundos do OE. Portanto, no geral o alvo agregado deste indicador **não foi atingido**.

O PES-2016 previa também a reabilitação da barragem de Macarretane (reabilitação do equipamento hidráulico) que foi concluída em 100% e a reabilitação da barragem de Massingir que foi realizada em 38% com a conclusão do muro da divisória das condutas e da montagem da grua de assentamento das condutas de descargas, estando em curso os trabalhos de soldadura das condutas e construção da drenagem do pé de jusante da barragem.

⁶Barragem grande é assumida como aquela que tem um volume de armazenamento superior a 60,0Mm³

⁷Barragem pequena foi assumida como aquela com 0,5 - 10,0 Mm³ de capacidade de armazenamento

2.2 Outras Realizações

A área de gestão de recursos hídricos ainda realizou as seguintes actividades não inscritas no PES 2016.

- ❖ **No âmbito da gestão das bacias compartilhadas** foram realizadas as seguintes actividades:
 - (i) **assinatura de acordos** - acordo de estabelecimento da LIMCOM, que inclui acordo de acolhimento do respectivo secretariado permanente em Maputo; acordo de partilha das águas da bacia do Pungué com o Zimbabwe; (ii) **elaboração de documentos estratégicos** - relatório do envolvimento das partes interessadas no âmbito da elaboração da estratégia nacional e plano de acção para a monitoria do cumprimento da implementação dos acordos de cursos de água compartilhados, “draft” final do plano de acção para a redução do riscos de desastres na bacia do Limpopo, “draft” do Atlas da bacia do Limpopo com enfoque no meio ambiente e mudanças climáticas, anexos técnicos dos acordos de utilização das águas da bacia do Save; (iii) **outras acções realizadas e em curso** - iniciada a revisão do plano de gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do Limpopo, aprovado o comité técnico permanente do PRIMA (TPTC - Moçambique, Suazilândia e Africa do Sul), aprovados os procedimentos e mecanismos de notificação a vigorarem na bacia do Zambeze pela ZAMCOM, realizadas 3 reuniões da ZAMCOM, incluindo uma do Conselho de Ministros da ZAMCOM e duas da ZAMTEC, realizadas a 13ª e 14ª reuniões executivas e 23ª e 24ª reuniões técnicas da “Joint Operation Committee” (JOTC) para abordar aspectos de balanço da época chuvosa entre Moçambique, Zimbabwe e Zambia. Foi apresentada e discutida a prontidão para época chuvosa 2016/2017 entre Moçambique e Zimbabwe.

- ❖ **No âmbito da consolidação da descentralização da gestão operacional dos recursos hídricos** foram realizadas as seguintes actividades: (i) **elaboração de documentos estratégicos e estudos** - na fase conclusiva da elaboração do plano estratégico da ARA-Sul, na fase final da elaboração do relatório da revisão do estudo de desenvolvimento institucional da ARA-Centro, na fase final de elaboração do relatório para o desenvolvimento institucional da bacia do Pungué, concluído o estudo hidrológico do vale do Nhartanda que determinou as características e a capacidade do sistema do aquífero de Nhartanda, concluído o estudo hidrológico do campo de furos de Chithatha na bacia do Revubue, concluído o estudo de reestruturação do comité de bacia do Zambeze, concluída a elaboração do projecto de redimensionamento da rede hidroclimatológica da bacia, própria de Cahora Bassa bem como o início da sua implementação; concluído o estudo de fontes alternativas para a irrigação do vale de Mbandangue, distrito de Mágoe; e (iii) **outras actividades realizadas e em curso neste âmbito** - estabelecida a unidade de gestão da bacia do Buzi (UGBB), realizadas 3 campanhas de medição de caudal e monitoria da qualidade de água nas estações de fronteira entre Moçambique e Zimbabwe; foi reconfigurada a rede telemétrica da bacia do Pungué pela instalação de um sistema de recepção de dados para 3 estações telemétricas; implementados 3 projectos comunitários de irrigação no distrito de Manica (Manica) e Nhamatanda (Sofala), já foram seleccionados os consultores para a elaboração do regulamento de diques e para a estratégia para a promoção

das pequenas barragens e reservatórios escavados; desenvolvidas acções para evitar assentamentos em áreas de protecção na cidade de Tete e está em curso a construção/reabilitação de várias infraestruturas (escritórios e habitações) como parte do desenvolvimento institucional da ARA-Zambéze.

- ❖ **No âmbito dos estudos de planeamento das bacias hidrográficas** foram realizadas as seguintes actividades: (i) **elaboração de documentos estratégicos e estudos** - elaboração do estudo da gestão integrada de cheias na bacia do Limpopo (30%), elaboração do plano nacional de recursos hídricos - PNRH (35%), concluída a elaboração do manual de implementação do RPEAS, realização dos levantamentos aéreos de dados espaciais e geomorfológicos nas bacias do Limpopo e Zambeze (95%), concluído o estudo de definição da rede hidroclimatológica estratégica (100%), automatização do boletim hidro-meteorológico (50%), elaboração do relatório nacional da época chuvosa (100%) e preparação do boletim nacional de qualidade da água (100%); e (ii) **outras actividades realizadas e em curso neste âmbito** - foram mobilizados **277,5 milhões** de Meticais para reabilitação pós-cheias das estações hidro-climatológicas e estudo hidráulico da bacia do Licungo que, entretanto, foram usados para outras componentes no âmbito do projecto de emergência, foi realizado em 15% o processo de aprovação do regulamento de aproveitamento de albufeiras e lagos (RUAAL), foi realizado em 80% o processo de estabelecimento de modelo de cheias na bacia do Licungo, foram elaborados os Termos de Referência para o estabelecimento do sistema nacional de informação dos recursos hídricos (SNIRH), em curso e com uma realização de 70% a elaboração de um diploma ministerial conjunto de definição da comparticipação das hidroeléctricas no pagamento das taxas da água bruta, foram elaborados os Termos de Referência para a mobilização de recursos para a actualização do mapa hidrológico nacional, foram elaborados Termos de Referência para o estabelecimento da unidade de gestão de secas nas bacias da iniciativa de coligação dos Deltas, foram realizadas acções de preparação para o monitoramento da época chuvosa 2016/2017, incluindo o plano de contingência e foi concluído o levantamento da situação da seca na região sul do país.

2.3 Assuntos Chave e Recomendações

2.3.1 Assuntos chave

- ❖ O subsector ainda apresenta ausência de sistema nacional de gestão de informação de recursos hídricos consolidado, para a recolha, armazenamento e disseminação de dados e informação, o que dificulta a avaliação dos processos no âmbito de gestão e na tomada de decisão em tempo útil;
- ❖ A meta de armazenamento do quinquénio de 1.000 Mm³ adicionais requer a combinação das seguintes realizações: conclusão da obra de construção da barragem de Moamba-Major (actualmente a 8% de execução) e conclusão das obras de reabilitação das barragens de Corrumana e de Chipembe (que ainda não iniciaram). A consecução deste objectivo torna-se um desafio tendo em conta que restam 3 anos para o término do quinquénio.

- ❖ As infra-estruturas de armazenamento de água planificadas pelo Sector para o presente quinquénio não cobrem todas as necessidades primárias urgentes como são os casos das necessidades de fontes para o abastecimento de água as Cidades de Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga, e até finais de 2016 foram realizadas apenas acções de lavamento base sobre as fontes água alternativas
- ❖ Apesar de o desempenho em termos de garantia legal da disponibilidade de escoamentos mínimos nas bacias partilhadas ser positivo, tendo em conta o planificado para este quinquénio, esta garantia ainda não cobre todas as bacias partilhadas da região sul, que é muito crítica devido a combinação de factores escassez de recursos hídricos e elevada concentração da população (concentração de centros urbanos) e consequentemente da demanda primária.
- ❖ O número de represas e reservatórios escavados construídos em 2016 é relativamente baixo se tomarmos em conta as necessidades destas infraestruturas (como fontes de água) para a área de abastecimento de água rural com vista a materialização dos seus objectivos definidos no documento preliminar da visão 2030, de elevar a contribuição do abastecimento por água canalizada nas zonas rurais dos actuais 15% para 22% em 2019, 31% em 2024 e 40% em 2029.
- ❖ Apesar do aumento de 60% relativamente ao orçamento revisto de 2015, o valor executado em 2016 ainda foi baixo para os desafios do Sector. Em 2016 o valor global do orçamento actualizado (interno e externo) foi equivalente a cerca de 60 milhões de Dólares Americanos, mas o valor executado foi de cerca de 32 milhões de Dólares Americanos, equivalente a 74% do valor executado em 2015.
- ❖ Apesar do aumento de 59% relativamente ao orçamento revisto de 2015, o valor executado em 2016 ainda foi baixo para os desafios da área de GRH. Em 2016 o valor global do orçamento revisto (interno e externo) foi equivalente a cerca de 54,3 milhões de Dólares Americanos e o valor executado foi de cerca de 24,5 milhões de Dólares Americanos, equivalente a 74,2% do valor executado em 2015. Portanto, em Dólar equivalente, inferior a execução de 2015.

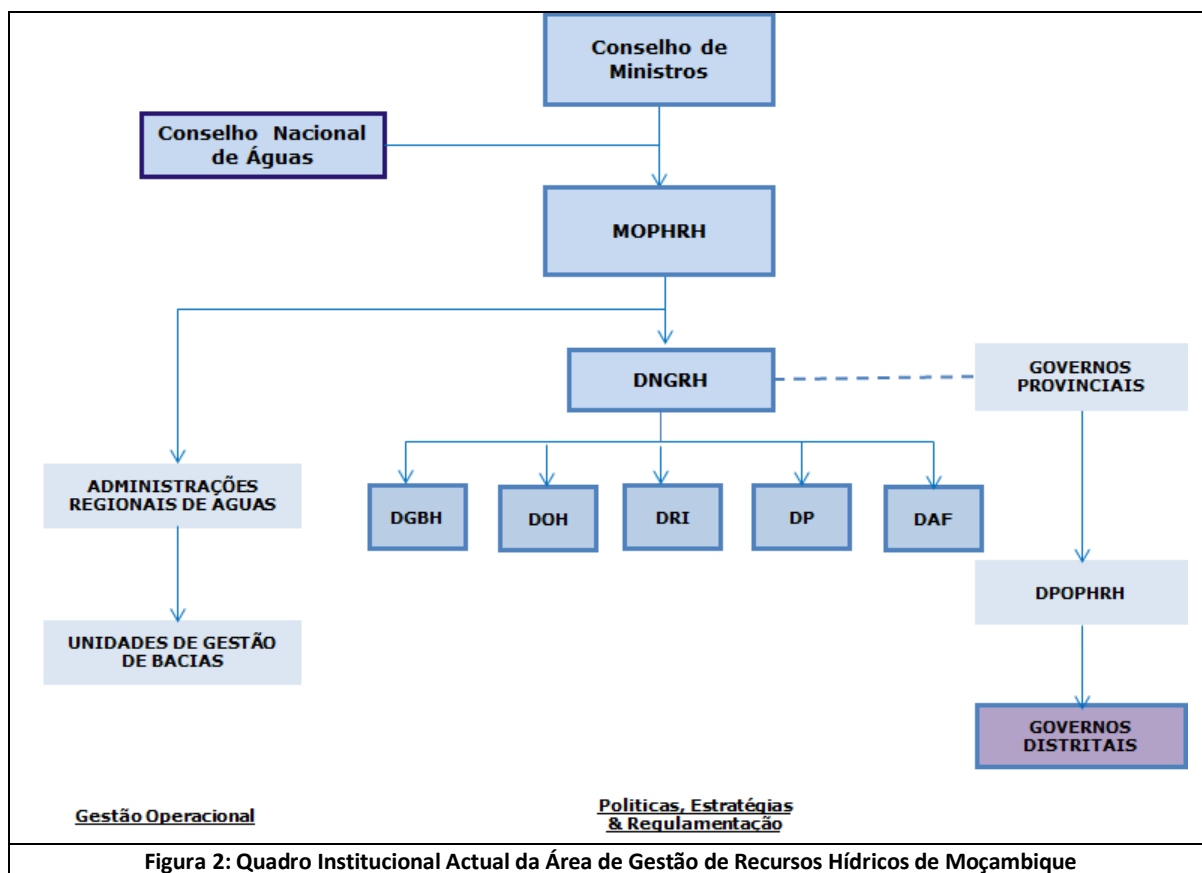
2.3.2 Recomendações

- ❖ Massificar a construção de represas e reservatórios escavados, priorizando zonas áridas e semi-áridas;
- ❖ Desenvolver estudos que avaliam e informam sobre o potencial de recursos hídricos das bacias hidrográficas que se verifica o stress hídrico;
- ❖ Continuar a mobilizar financiamentos para a construção de barragens de fins múltiplos, através das PPPs;

- ❖ Melhorar a gestão participativa no processo de gestão de recursos hídricos, envolvendo diferentes actores da sociedade, através de comités de bacias hidrográficas;
- ❖ Devido a nossa localização geográfica, melhorar a coordenação e monitoramento dos protocolos e memorandos de entendimento com os países com os quais Moçambique partilha as bacias hidrográficas, assegurando a troca de dados e informação hidroclimatológico, para a monitoria dos eventos extremos;
- ❖ Acelerar o processo de implementação do sistema nacional integrado de gestão informação de recursos hídricos;
- ❖ Inscrever a rubrica de gestão de cheias e secas no módulo de execução financeira do Estado; e
- ❖ Estudar a possibilidade de inscrever o orçamento das Administrações Regionais de Águas a nível central dado ao carácter regional das intervenções feitas por estas instituições.

3. QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Com a nova estrutura orgânica ministerial estabelecida pelo novo Governo saído das eleições de 2014, que foi aprovada pelo Decreto 19/2015 de 17 de Julho, o Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) é o órgão do Governo que superintende a área de gestão de recursos hídricos através da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH). De acordo com o seu regulamento interno, a DNGRH comporta cinco (5) departamentos, como ilustrado na figura 2. As outras instituições desta área, nomeadamente as Administrações Regionais de Águas (ARAs) foram mantidas como previsto no quadro orgânico anterior.



A descrição sumária das atribuições da DNGRH e dos respectivos departamentos de nível central se segue:

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

São entre outras as principais funções da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos: Propôr políticas de desenvolvimento, conservação, uso e aproveitamento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas; assegurar a disponibilidade da água em quantidade e qualidade para os diferentes usos; coordenar as acções de cooperação no domínio dos recursos hídricos partilhados, assegurando a participação nos organismos de cooperação no domínio de águas; avaliar o cumprimento dos acordos internacionais sobre a

utilização conjunta dos recursos hídricos; avaliar periodicamente os recursos hídricos das bacias hidrográficas e as necessidades de água a nível nacional e regional; elaborar e monitorar a implementação dos planos de bacias; promover investimentos para a construção e manutenção dos aproveitamentos estratégicos de gestão, armazenamento e protecção da água; assegurar o planeamento estratégico integrado da gestão dos recursos hídricos; elaborar, actualizar e monitorar a implementação do plano nacional de construção de infraestruturas hidráulicas; e assegurar o estabelecimento de sistemas de aviso prévio de cheias.

Ao nível funcional interno, os cinco (5) departamentos da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos têm as seguintes atribuições:

Departamento de Gestão de Bacias Hidrográficas - DGBH

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da área de gestão de recursos hídricos: Coordenar a realização de estudos e planos nacionais de desenvolvimento de recursos hídricos nas bacias hidrográficas; propor a definição de normas de conservação, zonas de protecção dos aquíferos e regulamentos de uso e aproveitamento de recursos hídricos, assim como garantir o seu cumprimento; manter actualizada a informação hidrológica e hidráulica e outra relevante para a correcta gestão dos recursos hídricos; assegurar o estabelecimento de redes hidro-climatológicas; assegurar a gestão do sistema de informação de recursos hídricos; assegurar a consolidação das Administrações Regionais de Águas; e mobilizar financiamentos para a gestão de recursos hídricos.

Departamento de Obras Hidráulicas - DOH

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da área de gestão de recursos hídricos: Promover e realizar estudos de viabilidade dos projectos de infra-estruturas hidráulicas; elaborar e manter actualizado o plano nacional de infra-estruturas hidráulicas; elaborar e manter actualizado o cadastro nacional de obras hidráulicas; definir padrões de operação e manutenção de obras hidráulicas; elaborar e garantir a implementação de normas sobre projectos, construção e segurança de infra-estruturas hidráulicas; elaborar a estratégia para construção de pequenas barragens e reservatórios escavados e monitorar a sua implementação; e mobilizar financiamentos para as obras hidráulicas.

Departamento de Rios Internacionais - DRI

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da área de gestão de recursos hídricos: Propôr a definição das linhas gerais a adoptar na defesa do interesse nacional, regional e global sobre a gestão dos rios internacionais; coordenar as acções de planeamento conjunto e harmonização com os países a montante; promover o estabelecimento e implementação dos acordos de cooperação na protecção e uso sustentável das bacias hidrográficas compartilhadas; assegurar que os acordos e outros

instrumentos legais relativos as bacias internacionais estejam em harmonia com os objectivos do país e da região; e garantir o acesso a informação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas compartilhadas.

Departamento de Planificação - DP

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da componente de planificação da área de gestão de recursos hídricos: Coordenar e monitorar o processo de planificação da área de recursos hídricos; elaborar, os planos de médio e longos prazos da área de recursos hídricos e monitorar a sua implementação; monitorar a execução dos planos de investimentos da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e das instituições tuteladas e autónomas e propôr medidas correctivas em caso de necessidade; monitorar a execução orçamental da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e das instituições tuteladas e autónomas; liderar o estabelecimento e o funcionamento do sistema nacional de informação de recursos hídricos; elaborar os relatórios de desempenho das actividades da área de recursos hídricos; elaborar planos estratégicos para o desenvolvimento dos recursos hídricos, incluindo os instrumentos necessários a sua gestão sustentável; e coordenar acções de mobilização de investimentos para a área de recursos hídricos.

Departamento de Administração e Finanças - DAF

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da componente financeira da área de gestão de recursos hídricos: Executar e controlar o Orçamento e fundos alocados a instituição, de acordo com as normas; assegurar e participar na elaboração da proposta do orçamento da instituição; gerir e garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património móvel e imóvel da instituição; elaborar os balancetes e relatórios de prestação de contas sobre a execução financeira e patrimonial da instituição; assegurar a participação e coordenar a preparação da conta de gerência; orientar as acções de resposta das auditorias externas; assegurar a aplicação das normas do sistema nacional do arquivo do Estado; e assegurar a elaboração e actualização do inventário patrimonial.

Em 2016 foram oficialmente nomeados os chefes dos 5 departamentos que compõem a Direcção Nacional, faltando a nomeação de chefes de repartições.

A nível regional, mantém-se as 5 Administrações Regionais de Águas que têm como atribuição principal, a gestão operacional dos recursos hídricos a nível das bacias da sua jurisdição (ARA-Norte, ARA-Centro Norte, ARA-Zambeze, ARA-Centro e ARA-Sul). Por sua vez no nível mais descentralizado estão as Unidades de Gestão de Bacias (UGB). Estima-se que são necessárias 17 Unidades de Bacias a nível nacional (Norte - 6, Centro/Norte - 2, Zambeze - 2 Centro - 3 e Sul - 4), das quais 11 já estão criadas, tendo uma delas sido criada em 2016 (Unidade de Gestão da Bacia do Buzi).

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2016

Este capítulo debruça-se sobre o desempenho financeiro geral da área de gestão de recursos hídricos e o exercício financeiro de 2016. Apresenta no geral as dotações orçamentais, os fundos libertados e os gastos na execução das actividades. Sempre que possível, faz-se uma avaliação do desempenho financeiro comparativo com os anos anteriores.

4.1 Gestão das Finanças Públicas

A planificação, orçamentação e gestão financeira no sector público em Moçambique são feitas de acordo com o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), estabelecido pela Lei 2/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto No. 23/2004, de 20 de Agosto. Para a área da gestão de recursos hídricos, o sistema de planificação e orçamentação do Estado é feito à dois níveis: a nível provincial através das Administrações Regionais de Águas (ARAs) e a nível central, pela Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), nos Plano Economicos e Sociais e nos respectivos Orçamentos. Apesar de o nível mais descentralizado ser a bacia hidrográfica, o exercício de planificação ainda é feito a nível da ARA.

O PES e o OE são instrumentos de planificação que se complementam e são materializadores do PQG para cada uma das áreas e devem também estar alinhados com a planificação de médio prazo (cenários fiscais de médio prazo - CFMP), que constituem a programação financeira de todos os programas do Governo.

4.2 Execução Orçamental

A execução financeira é dividida por fonte de recursos, forma de execução e por nível institucional. Os fundos internos financiam o funcionamento e uma parte do investimento; enquanto os fundos externos financiam apenas a componente de investimento.

O Financiamento interno é proveniente das receitas do tesouro, receitas consignadas e receitas próprias que compõem o Orçamento de Funcionamento e de Investimento. O Orçamento de Investimento é também proveniente das receitas do tesouro, consignadas e através de financiamento externo.

O Financiamento externo é proveniente dos parceiros de cooperação financiando o orçamento de Investimento através do apoio directo ao Orçamento do Estado e através dos projectos em apoio aos sectores. O Financiamento Externo é efectuado de acordo com as seguintes modalidades:

A componente externa inclui orçamento de investimento financiado por projectos “*On Budget*” “*ON CUT*” (*Conta Única do Tesouro*) e “*On Budget*” “*off CUT*”.

- ❖ Projectos *On Budget* e “*On CUT*” - Os que são inscritos no Orçamento do Estado e que transitam pela Conta Única do Tesouro, executados via e-Sistafe;

- ❖ Projectos On Budget e “Off CUT” - Os que são inscritos no Orçamento do Estado e que não transitam pela Conta Única do Tesouro, portanto não são executados via e-Sistafe; e
- ❖ Projectos “Off Budget” e “Off CUT” - Os que não são inscritos no Orçamento do Estado e que não transitam pela Conta Única do Tesouro. Estes investimentos não são captados para a incorporação no Balancete para efeitos de execução orçamental do Orçamento do Estado.

A tabela 5 apresenta resumidamente os mecanismos de financiamento do funcionamento e investimentos do Sector de Águas que se aplica a área de gestão de recursos hídricos.

Tabela 5: Resumo dos mecanismos de financiamento do sector de águas

Orçamento	Financiamento	Método de Execução	Observações
Funcionamento	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	No Orçamento e Executado Através da Conta Única do Tesouro
Investimento	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	
	Externo	<i>On Budget on CUT</i>	
		<i>On Budget off CUT</i>	No Orçamento e Executado fora da Conta Única do Tesouro
		<i>Off Budget off CUT</i>	Fora do Orçamento e Fora da Conta Única do Tesouro

Nota: os fundos “Off Budget” “Off CUT”, que provêm de projectos financiados pelos parceiros de cooperação sem que estejam inscritos no Orçamento do Estado, são os que constituem o maior desafio em serem contabilizados e reportados.

4.3 Execução Orçamental da Área de Gestão de Recursos Hídricos em 2016

O Orçamento total da área de gestão de recursos hídricos em 2016 teve a **dotação actualizada** de **3.866.749,49 mil Meticais**, um crescimento de 59% relativamente ao orçamento revisto de 2015 que foi de **2.438.278,85 mil Meticais**. Da dotação revista, **2,5%** foi para o funcionamento e **97,5%** para o investimento. Entretanto, mais análises são necessárias, incluindo as de execução financeira, para melhor percepção da dinâmica e do impacto real do orçamento no terreno.

Tabela 6: Execução do orçamental da área de gestão de recursos hídricos - 10³ MZN

Descrição	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	97.549,20	89.348,64	92%	2,5%
Investimento - Interno	621.904,38	303.089,36	49%	16,1%
Investimento - Externo	3.147.295,91	1.354.435,15	43%	81,4%
TOTAL	3.866.749,49	1.746.873,15	45%	100%

Como pode-se constatar a partir da tabela 6, fundos externos contribuem de forma significativa para o orçamento da área de gestão de recursos hídricos em 2016. Os parceiros externos contribuíram significativamente em 2016 para o orçamento da área de GRH com **81,4%** de toda a dotação actualizada contra os **18,6%** de financiamento interno (em 2015 a contribuição dos parceiros externos para a dotação actualizada foi de **77%**).

No que diz respeito aos valores realmente executados, a proporção dos fundos externos reduz-se para os **78%** contra os **22%** da componente interna. Ainda assim, as contribuições externas continuam muito significativas e a proporção de 2016 é superior à execução observada em 2015, que foi de externo (**65%**) e interno (**35%**).

Da tabela 7 pode-se constatar que o grau de execução foi muito baixo (45%), devido a fraca execução observada na componente de investimentos, que afectou o progresso de parte das obras planificadas de infraestruturas de armazenamento da água já reportadas, como é o caso das barragens de Metuchira e de Gorongosa.

Tabela 7: Despesas da área de gestão dos recursos hídricos com discriminação dos fundos externos - 10³ MZN

Descrição	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	97.549,20	89.348,64	92%	2,5%
Investimento - Interno	621.904,38	303.089,36	49%	16.1%
Investimento – Externo “On Budget” “On Cut”	396.127,91	180.016,84	45%	10,2%
Investimento - Externo “On Budget” “Off Cut”	1.035.559,30	501.342,69	48%	26.8%
Investimento - Externo “Off Budget” “Off Cut”	1.715.608,70	673.075,62	39%	44,4%
TOTAL	3.866.749,49	1.746.873,15	45%	100.0%

4.3.1 Orçamento de funcionamento

O Orçamento de Funcionamento da área de Gestão de Recursos Hídricos no ano de 2016 teve a dotação actualizada de **97.549,20 mil Meticais** e foram executados **89.348,64 mil Meticais**, o correspondente a uma taxa de execução de 92%. A dotação revista de 2016 cresceu relativamente a 2015 em **67%** onde a dotação actualizada foi **58.497,25 mil Meticais**. O valor executado também observou um crescimento de 2015 para 2016 de **58%**. A proporção do orçamento de funcionamento que foi descentralizada foi de **85%** contra os **15%**⁸ atribuídos ao nível central (tabela 8).

Tabela 8: Despesas totais de funcionamento da área de gestão de recursos hídricos por níveis - 10³ MZN

Nível	Descrição	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso	
					Por Instituição	Por Nível
Central	DNGRH	14.593,39	14.593,39	100%	15%	15%
ARAs	ARA-Sul	9.889,35	8.888,89	95%	10%	85%
	ARA-Centro	6.912,79	6.453,62	93%	7%	
	ARA-Zambeze	33.153,08	28.343,52	85%	34%	
	ARA-Centro Norte	26.513,38	25.627,56	97%	27%	
	ARA-Norte	6.487,20	5.441,66	84%	7%	
TOTAL		97.549,20	89.348,64	92%	100%	100%

⁸ Note-se que a DNGRH não foi atribuída directamente o orçamento de funcionamento, apenas fez a contabilização dos encargos incorridos com os salários dos técnicos da Direcção, que são processados centralmente pelo MOPHRH.

As dotações e as realizações da ARA-Zambeze e ARA-Centro Norte foram superiores a do nível central, o que se justifica pelo facto do orçamento de funcionamento de nível central apenas reportar despesas com salários, não representando assim a totalidade das despesas de funcionamento incorridas a nível central. Este aspecto deverá merecer atenção nos próximos anos, porque parte da despesa apresentada como investimento no nível central é relativa ao funcionamento.

4.3.2 Orçamento de Investimento

O Orçamento de Investimento da área de Gestão de Recursos Hídricos em 2016 teve como dotação actualizada de **3.769.200,29 mil Meticais** contra os **2.379.783,60 mil Meticais**, da dotação actualizada do ano anterior (crescimento de **58%** relativamente ao ano anterior) e o valor executado foi de **1.657.524,51 mil Meticais** que foi muito próximo à execução do ano anterior que foi de **1.511.055,99 mil Meticais** (10% de crescimento) e correspondentes a uma taxa de execução de **44%**. A correlação de pesos foi de **16,5%** para fundos internos e **83,5%** dos fundos externos, sinalizando a forte dependência dos parceiros (tabela 9).

Tabela 9: Detalhes de discriminação do orçamento de investimento por origem dos fundos - 10³ MZN

Descrição	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Investimento - Fundos Internos	621.904,38	303.089,36	49%	16,5%
Investimento - Fundos Externos	3.147.295,91	1.354.435,15	43%	83,5%
TOTAL	3.769.200,29	1.657.524,51	44%	100%

Orçamento de Investimento - fundos internos

A componente interna do orçamento de investimento da área de recursos hídricos em 2016 teve uma dotação actualizada de **621.904,38 mil Meticais** e o valor executado foi de **303.089,36 mil Meticais**, correspondente a uma taxa de execução de **49%** da dotação actualizada. Grande proporção do orçamento interno de investimentos foi descentralizada e mais concretamente para a ARA-Sul que concentrou **55%** de todo o orçamento de investimento interno (tabela 10) similarmente a 2015 onde **75%** da dotação foi para a ARA-Sul. Comparativamente a 2015 houve um crescimento de **23%** da dotação actualizada e o valor executado foi inferior à execução de 2015 (equivalente a **62%** da execução de 2015).

Tabela 10: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10³ MZN

Nível	Descrição	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	231.343,00	140.161,56	61%	37%	37%
Provincial	ARA-Sul	342.538,09	141.966,63	41%	55%	63%
	ARA-Centro	18.023,29	8.898,35	49%	3%	
	ARA-Zambeze	11.700,00	1.615,98	14%	2%	
	ARA-Centro Norte	17.100,00	10.000,00	58%	3%	
	ARA-Norte	1.200,00	446,84	37%	0,2%	
TOTAL		621.904,38	303.089,36	49%	100%	100%

Esta proporção elevada do orçamento do investimento interno na ARA-Sul explica-se pelo facto de a ARA-Sul estar a implementar grandes projectos que exigem a comparticipação do Estado bem como as actividades relacionadas com a preparação dos planos de bacias de Guiúá-Mutamba e Inhanombe e obras de construção das represas de Cassamati e Panda.

Orçamento de investimento - fundos externos

A componente externa do Orçamento de Investimento da área de Gestão dos Recursos Hídricos em 2016 teve uma dotação actualizada de **2.111.736,61 mil Meticais** e uma realização de **853.092,46 mil Meticais (40% de execução)**. Grande parte do orçamento de investimento externo foi descentralizado, com a grande maioria para a ARA-Sul que foi atribuída 62% de toda a dotação actualizada (tabela 11). As ARAs Centro-Norte e Norte não beneficiaram de qualquer dotação externa descentralizada uma vez que não estão a implementar qualquer projecto com financiamento externo.

Tabela 11: Despesas totais do Investimento Externo - 10³ MZN

Nível	Descrição	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	1.035.559,30	501.342,69	48%	33%	33%
Provincial	ARA-Sul	1.938.207,69	758.390,07	39%	62%	67%
	ARA-Centro	43.700,47	29.161,32	67%	1%	
	ARA-Zambeze	129.829,45	65.541,07	50%	4%	
	ARA-Centro Norte	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Norte	0,00	0,00	0%	0%	
TOTAL		3.147.295,91	1.354.435,15	43%	100%	100%

A concentração do Orçamento de Investimento externo no Nível Central e na ARA-Sul é devido ao facto de a maior parte dos fundos externos serem do PNDRH gerido a Nível Central e com as suas principais componentes direccionadas a bacias sob jurisdição da ARA-Sul, nomeadamente o projecto de levantamento de dados espaciais do Limpopo, projecto-piloto de resiliência climática no Limpopo e projecto de emergência de reconstrução pós-cheias do Limpopo financiados pelo Banco Mundial e o projecto da

Barragem de Moamba Major e o estudo da Barragem de Mapai financiados pelo Governo do Brasil e pelo Banco Africano de Desenvolvimento, respectivamente.

Orçamento de investimento - fundos externos On Budget “ON CUT”

A componente do orçamento de investimentos executado através da Conta Única do Tesouro “ON CUT” e contabilizada no orçamento teve em 2016 a dotação revista de **396.127,91 mil Meticais** e uma execução de **180.016,84 mil Meticais** o correspondente a uma taxa de realização de **45%**. Os fundos “On Budget” “ON CUT” foram na totalidade executados no nível descentralizado (ARAs) e concretamente pela ARA-Sul (89%) e ARA-Centro (11%).

Tabela 12: Despesas do Investimento Externo On Budget “ON CUT”- 103 MZN

Nível	Descrição	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	0,00	0,00	0%	0%	0%
Provincial	ARA-Sul	352.427,44	150.855,52	43%	89%	100%
	ARA-Centro	43.700,47	29.161,52	67%	11%	
	ARA-Zambeze	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Centro Norte	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Norte	0,00	0,00	0%	0%	
TOTAL		396.127,91	180.016,84	45%	100%	100%

Orçamento de investimento - fundos externos On Budget “OFF CUT”

A componente do orçamento de investimento externo contabilizada no orçamento e executada fora da Conta Única do Tesouro “On Budget” “OFF CUT” teve em 2016 uma dotação revista de **1.035.559,30 mil Meticais** e uma execução de **501.342,69 mil Meticais**, o correspondente a uma taxa de realização de **48%**. Esta componente do orçamento de investimento foi atribuída na totalidade para o nível central (DNGRH) e financiou actividades do Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos, Projecto de Melhoramento de Dados Espaciais e Gestão de Riscos de Cheias nas Bacias do Limpopo e Zambeze, Projecto Transfronteiriço de Serviços Hidrológicos e Meteorológicos e a Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Tabela 13: Despesas do Investimento Externo On Budget “OFF CUT”- 103 MZN

Nível	Descrição	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	1.035.559,30	501.342,69	48%	100%	100%
Provincial	ARA-Sul	0,00	0,00	0%	0%	0%
	ARA-Centro	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Zambeze	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Centro Norte	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Norte	0,00	0,00	0%	0%	
TOTAL		1.035.559,30	501.342,69	48%	100%	100%

Orçamento de investimento - fundos externos Of Budget “OFF CUT”

A componente do orçamento de investimento externo “Off Budget” “OFF CUT” teve em 2016 uma dotação revista de **1.715.608,70 mil Meticais** e uma execução de **673.075,62 mil Meticais**, o correspondente a uma taxa de realização de **39%**. Esta componente do orçamento de investimento foi atribuída na totalidade para o nível descentralizado e mais concretamente as ARAs Sul (92%) e Zambeze (8%).

Tabela 14: Despesas do Investimento Externo Off Budget “OFF CUT” - 103 MZN

Nível	Descrição	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	0,00	0,00	0%	0%	0%
Provincial	ARA-Sul	1.585.780,25	607.534,55	38%	92%	100%
	ARA-Centro	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Zambeze	129.828,45	65.541,37	50%	8%	
	ARA-Centro Norte	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Norte	0,00	0,00	0%	0%	
TOTAL		1.715.608,70	673.075,62	39%	100%	100%

4.3.3 Receitas próprias

No exercício de 2016 foi possível pela primeira vez as Administrações Regionais de Águas reportarem os dados de arrecadação das receitas próprias provenientes da utilização da água bruta pelos utentes nas bacias da sua jurisdição. Neste contexto, foram arrecadados na totalidade **154.041,58 mil Meticais**, dos quais, mais de metade (64%) pela ARA-Sul, seguida da ARA-Centro Norte (17%) e ARA-Zambeze (15%). O grau da execução global das receitas próprias foi de 97% (tabela 15).

Tabela 15: Execução da receita própria das ARAS - 10³ MZN

ARA	Receita Arrecadada	Receita Executada	% Execução	Peso
ARA-Sul	98.931,54	98.931,54	100%	64%
ARA-Centro	3.860,36	3.771,74	98%	3%
ARA-Zambeze	22.747,10	19.679,25	87%	15%
ARA-Centro Norte	26.513,39	25.627,56	97%	17%
ARA-Norte	1.989,19	1.727,13	87%	1%
TOTAL	154.841,58	149.783,82	97%	100%

No contexto de garantia da sustentabilidade financeira das instituições regionais de gestão operacional de recursos hídricos, o objectivo de longo prazo da área de recursos hídricos é o de alcançar a cobertura dos custos operacionais das ARAs através dos recursos das receitas próprias. Embora os dados disponíveis não permitam fazer uma análise objectiva do ponto de situação deste objectivo (primeiro ano em que os dados relativos às receitas

próprias estão disponíveis no reporte e ausência de uma estimativa clara dos custos operacionais médios projectados para cada ARA) pode-se ainda assim, fazer uma comparação entre receita própria e os orçamentos aprovados e executados por cada ARA (tabela 16).

Tabela 16: Análise comparativa das receitas próprias e orçamento interno

ARA	Receita Própria como Contribuinte das Despesas de Funcionamento da ARA		Receita Própria como Contribuinte do Funcionamento e Investimento Interno da ARA	
	Orçamento Revisto	Executado	Orçamento Revisto	Executado
ARA-Sul	91%	92%	22%	40%
ARA-Centro	36%	37%	13%	20%
ARA-Zambeze	41%	41%	34%	42%
ARA-Centro Norte	50%	50%	38%	42%
ARA-Norte	23%	24%	21%	23%
TOTAL	65%	67%	25%	39%

Da tabela 16 constata-se que inserindo contabilisticamente as receitas próprias das ARAs no orçamento de 2016, elas equivalem a 65% do orçamento de funcionamento e em termos de montantes executados, cobriram contabilisticamente 67% das despesas de funcionamento (mais de metade). Relativamente ao orçamento de total interno descentralizados, elas equivalem a 25% do orçamento e contabilisticamente cobriram 39% dos custos de funcionamento e investimento pagos por fundos internos. A melhor situação de cobertura de custos de funcionamento é da ARA-Sul (92%) e para cobertura combinada de custos de funcionamento e investimento interno as ARA-Zambeze e ARA-Centro Norte apresentam a melhor situação, com 42% de cobertura.

Porém, ainda é necessário que as ARAs mantenham este reporte para ser possível uma análise contínua da componente de sustentabilidade das instituições de gestão operacional de recursos hídricos.

4.3.4 Dívida da área de gestão de recursos hídricos

A 31 de Dezembro de 2016, a dívida total da Área de Recursos Hídricos era de pouco mais de **1.887 milhões de Meticais** (tabela 17) o que representa um crescimento de cerca de **20 vezes**, comparativamente a 2015. Apenas **14%** foi contraída pelo nível central e **86%** é do nível descentralizado (Administrações Regionais de Águas - ARAs). A grande parte da dívida é relativa às obras de construção de infraestruturas de armazenamento de água (Contractos de empreitadas e as respectivas fiscalizações). A proporção da dívida relativa a custos correntes é equivalente a apenas **1%**.

Tabela 17: Relação das dívidas da área de gestão de recursos hídricos por níveis de instituições - x10³ MZN

Nível	Tipo de Despesa	Valor da Dívida	% Peso
Central	Empreitadas	221.546,86	14%
	Consultorias e fiscalizações	39.852,25	
	Despesa corrente	1.658,36	
	Total - Nível Central	263.057,47	
Descentralizado (ARAs)	Empreitadas	1.575.550,45	86%
	Consultorias e fiscalizações	32.615,11	
	Despesa corrente	17.366,65	
	Total - Nível das ARAs	1.624.532,22	
TOTAL DA DÍVIDA NACIONAL		1.887.589,68	100%

Porém o detalhe da dívida descentralizada mostra que esta, encontra-se concentrada na ARA-Sul, com 84,1% de toda dívida da Área dos Recursos Hídricos e 97,7% de toda dívida do nível descentralizado (tabela 18). Ao nível da ARA-Sul, 98% da dívida é relativa a empreitada de reabilitação da Barragem de Massingir.

Parte da dívida do nível central tem estado a afectar o desempenho da área de recursos hídricos, com a paralização durante todo o ano de 2016, das obras de construção das Barragens de Metuchira e de Gorongosa, na Bacia do Pungue. Portanto, deverá merecer atenção da área de Gestão de Recursos Hídricos nos próximos tempos.

Tabela 18: Relação das dívidas da área de Gestão de Recursos Hídricos ao nível das ARAs - x10³ MZN

ARA	Tipo de Despesa	Valor da Dívida (MT)	% Peso
ARA Norte	Empreitadas	410,02	0,5%
	Consultorias e fiscalizações	74,15	
	Despesa corrente	6.870,91	
	Total - Nível Central	7.355,08	
ARA-Centro Norte	Empreitadas	7.343,34	1,1%
	Consultorias e fiscalizações	2.629,62	
	Despesa corrente	8.159,79	
	Total - Nível das ARAs	18.132,73	
ARA-Zambeze	Empreitadas	8.291,31	0,6%
	Consultorias e fiscalizações	1.075,75	
	Despesa corrente	0,00	
	Total - Nível das ARAs	9.367,06	
ARA-Centro	Empreitadas	0,00	0,1%
	Consultorias e fiscalizações	639,64	
	Despesa corrente	1.431,16	
	Total - Nível das ARAs	2.070,80	
ARA-Sul	Empreitadas	1.558.505,80	97,7%
	Consultorias e fiscalizações	28.195,94	
	Despesa corrente	904,80	
	Total - Nível das ARAs	1.587.606,54	
TOTAL ARAs	Empreitadas	1.796.097,31	100%
	Consultorias e fiscalizações	72.467,36	
	Despesa corrente	19.025,01	
	Total da Dívida - Nível das ARAs	1.887.589,68	

5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA

6.1 Enquadramento no Mecanismo Nacional de Revisão Conjunta

O processo da Revisão Sectorial Conjunta enquadra-se nos mecanismos de coordenação e diálogo, estabelecidos entre o Governo e os parceiros, sobre políticas prioritárias e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza, em particular e o alcance das metas nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em geral.

Uma das grandes prioridades do Governo de Moçambique é a redução da pobreza absoluta. Para o alcance deste objectivo é articulado pelo Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), que é reflectido no Plano Quinquenal do Governo.

No contexto global, requer-se que a ajuda ao desenvolvimento seja a mais efectiva possível, daí que os parceiros de desenvolvimento apoiam os compromissos do Governo de adoptar e implementar de forma efectiva as políticas articuladas de redução da pobreza. A Parceria para o Apoio Programático (*PAP-Programme Aid Partnership*) foi estabelecida dentro deste contexto. Este mecanismo de coordenação envolve 19 parceiros de cooperação que canalizam recursos para o apoio directo ao Orçamento do Estado. O Governo de Moçambique e estes parceiros assinaram em 2004 um Memorando de Entendimento que estabelece os princípios desta parceria, bem como os compromissos para melhorar a qualidade da ajuda programática.

Os 19 parceiros da ajuda programática do Governo de Moçambique são: Banco Africano de Desenvolvimento, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Mundial e Áustria. Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas juntaram-se ao grupo em 2009 como Membros Associados.

Esta parceria é um fórum de diálogo entre o Governo e parceiros sobre políticas e decisões estratégicas com vista ao uso efectivo da ajuda canalizada. Existe um reconhecimento mútuo de que a ajuda financeira por si só não é suficiente para a melhoria das políticas, governação e capacidade institucional; assistência técnica apropriada e diálogo sobre políticas também são elementos cruciais para que a ajuda possa ser efectiva.

Os processos de monitoria e diálogo estão operacionalizados no processo de revisão anual, alinhados com o ciclo de planificação, orçamentação e monitoria do Governo. Estes processos apoiam-se nos seguintes documentos de planificação e monitoria:

Documentos de Planificação

PARP, PES (PAF/QAD - Quadro de Avaliação do Desempenho), CFMP, OE e outros documentos relevantes.

Documentos de Monitoria

Balanço do PES (Semestral e Anual), Relatórios sobre a Execução do Orçamento do Estado, relatório sobre a Conta Geral do Estado e relatórios das auditorias anuais (incluindo o Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado e relatórios trimestrais sobre o fluxo de fundos), relatório anual sobre a avaliação da gestão dos fundos públicos, bem como outros relatórios acordados pelo Governo e Parceiros.

Todas as avaliações de desempenho são levadas a cabo de forma conjunta pelo Governo e Parceiros e não de forma bilateral. Existem duas Revisões Conjuntas GdM-PAP sobre o Apoio Programático:

- ❖ Revisão Anual (após a elaboração do Balanço do PES) - focaliza na avaliação conjunta do desempenho que serve de base para compromissos subsequentes.
- ❖ Revisão semestral (antes da submissão do PES e OE ao Parlamento) - focaliza-se no diálogo sobre a planificação, orçamentação e acordo sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD/PAF-*Performance Assessment Framework*).

A revisão conjunta sobre o desempenho pode incluir opiniões divergentes mas aceitáveis para todos os signatários. No caso excepcional em que uma visão conjunta não é alcançada, mesmo após as discussões ao mais alto nível, os diferentes pontos de vista podem ser reportados separadamente no relatório da revisão conjunta.

6.2 Estágio de Implementação das Recomendações de 2016

A situação das recomendações feitas pela RAC 2016 é conforme se apresenta na tabela a seguir:

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2014

MATRIZ DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DA AVALIAÇÃO CONJUNTA DE 2016					
NR DE ORDEM	RECOMENDAÇÃO	ACÇÕES A IMPLEMENTAR	RESPONSÁVEL	PRAZOS	PONTO DE SITUAÇÃO
1	Melhorar o sistema de recolha, partilha e disseminação de dados e informação hidrológica e hidrogeológica	Mobilizar fundos para a concepção de BdD de água subterrâneas, de qualidade de água, de cadastro de utentes e de águas superficiais	DNGRH DGBH	Dez. 2016	(i) Fundos mobilizados; (ii) Lançados concursos para a contratação de serviços de consultoria, estando em curso a avaliação das propostas de manifestação de interesse
		Modernizar o Boletim Hidrológica Nacional	DNGRH DGBH	Dez. 2016	Efectuada a automação do Boletim Hidrológico, estando em curso o teste do seu funcionamento
		Partilhar a informação e dados de furos de águas subterrâneas entre as DPOPHRH e as ARAs	DNGRH DGBH	Acção continua	Acção continua - dados partilhados. Melhorada a partilha de dados e informação entre as ARAs e DPOPHRH
		Criação website da DNGRH	DNGRH DP	Dez. 2016	Elaborada a proposta dos TdR, estando em curso a mobilização de fundos para a contratação de consultoria para concepção
2	Estabelecer modelos de previsão hidrológica, modernizar e consolidar o sistema de gestão de informação de recursos hídricos	Estabelecer modelo de previsão hidrológica na bacia de Licungo	DNGRH DGBH	Dez. 2016	Estabelecido o modelo, estando em curso o teste do seu funcionamento.
		Consolidar os modelos hidrologicos das bacias de Zambeze e Limpopo e Incomati	DNGRH DGBH	Dez. 2017	Bacia do Zambeze: (i) foi realizada o aereo-levamento de dados espaciais LIDAR para a determinação de zonas inundação e melhoramento de dados topograficos das sessões dos rios ; (ii) em avaliação das propostas dos concorrentes para actualização do modelo hidrologico na bacia, Bacia do Limpopo: (i) está em curso o processo de actualização, estando actualmente na fase da calibração do mesmo; Bacia do Incomati: re-deseñado o sistema de monitoramento da propagação da onda de cheias, estando em curso estabelecimento do modelo baseado em imagem satelite
3	Melhorar as regras de operação das barragens e modelos de alocação de água	Elaborar e actualizar as regras de operação das barragens e modelos de alocação	DNGRH DGBH	Dez. 2017	(i) em curso a mobilização de financiamento para a contratação de serviços de consultoria para a elaboração das regras de operação; (ii) Iniciados treinamentos em materia de alocação de água em parceria com as Autoridade Regionais de Água da Holanda
5	Mobilizar financiamentos para garantir fontes de água para centros urbanos já se encontram em situação crítica de abastecimento de água, sendo de destacar a necessidade da construção de barragens para abastecer as cidades de Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga	Realizar estudos de identificação de fontes alternativas para o abastecimento de água as cidades de Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga e mobilizar financiamentos para a construção de barragens	DNGRH DOH	Dez. 2017	Lançados concursos no ambito de PPP para a realização de estudos e para a mobilização de financiantos, tendo sido identificadas as seguintes fontes: (i) barragens de Meluli e Monapo para o reforço do abastecimento de água à cidade de Nampula; (ii) barragem de Vida Nova para Nacala; (iii) barragem de Megaruma para cidade de Pemba; iv) Barragem de Mbahu (Micoco) para cidade de Lichinga.
					Barragem de Monapo - Elaborado o projecto conceptual e submetido a potenciais financiadores para realização do estudo de viabilidade técnica, ambiental e económica.
					Barragem de Meluli - Elaborado o projecto conceptual e o proponente procura parceiros financeiros.
					Barragem de Vida Nova - Elaborada a ficha sinóptica do projecto e submetida a vários potenciais financiadores.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2014

					<p>Barragem de Megaruma - Concluído estudo de viabilidade técnica, ambiental e económica. Em curso a mobilização de financiamento para elaboração do Plano de Gestão Ambiental, projecto executivo, modelação da PPP e construção da barragem, adução e centros de distribuição no trajecto Mantoro e Pemba.</p> <p>Barragem de Mbahu (Micoco) - Elaborado o projecto conceptual e submetido ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).</p>
6	Desenvolver estudos de Plano de Bacias, com vista a garantir a elevação do conhecimento dos recursos hídricos, bem como as prioridades para a desmobilização de água a curto, médio e longo prazo	Progredir com a realização dos estudos de Planos de Bacias do Zambeze, Lúrio e Limpopo	DNGRH DGBH	Dez. 2016	Os estudos de planos de bacias estão em curso com o seguinte grau de realização de 40%, tendo sido apresentados e discutidos os relatórios intermédios dos estudos, que compreende as monografias das 3 bacias
7	Massificar a construção de pequenas barragens e reservatórios escavados	Mobilizar financiamento para a construção de pequenas Barragens	DNGRH DOH	Dez. 2017	<p>(i) Realizado o levantamento dos locais para a construção das infra-estruturas nas bacias de Púngwè e no Corredor de Nacala.</p> <p>(ii) Iniciadas as discussões junto aos parceiros para assistência financeira das infra-estruturas consideradas prioritárias, localizadas nas zonas semi-áridas. Parceiros contactados: Holanda, Banco Mundial, DFID</p>
8	Desenvolver estudos de engenharia para a construção de barragens, incluindo a transferência de águas	Realizar estudos de pré-viabilidade para a construção de barragens para fins múltiplos e estudos para transferência de água inter e entre bacias hidrográficas	DNGRH DGBH	Dez. 2017	<p>(i) Estudos de pré-viabilidade em curso no âmbito de PPP para as seguintes locais: Megaruma, Monapo, Lúrio I, Pavua, Capoche e Mavudzi.</p> <p>(ii) A Nota de Condição para a realização do estudo de avaliação das possibilidades de transferência de água inter e entre bacias será informada pelo Estudo de Plano Nacional e Recursos Hídricos em curso e com grau de realização de 40%</p>
9	Investigar a possibilidade de criação de um Fundo Comum de recursos hídricos e criar mecanismos para celebrar contratos-programa com o Governo para financiamento de projectos específicos na área de recursos hídricos	Elaborar TdR para a criação de Fundo Comum de Recursos Hídricos	DNGRH DP	Dez. 2017	Termos de Referência draft elaborados e circulados para melhoramentos junto aos parceiros
10	Elaborar metas e indicadores que possibilitem a avaliação do desempenho da área de recursos hídricos	Definir metas e indicadores de avaliação do desempenho de recursos hídricos	DNGRH DP	Dez. 2016	Metas e indicadores de avaliação elaborados como parte da Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos, tendo sido definidos 8 indicadores integrados, nomeadamente, (i) capacidade de armazenamento de água; (ii) prevenção e mitigação de cheias; (iii) monitoria de recursos hídricos; (iv) instrumentos de gestão; (v) cooperação internacional; (vi) governação de água e (vii) sustentabilidade das instituições.
11	Elaborar um programa de investimento com horizonte temporal de 15 anos	Elaborar o Programa Nacional de Recursos Hídricos e Plano Estratégico da DNGRH	DNGRH DP	Dez. 2017	<p>(i) Plano Nacional de Recursos Hídricos - em elaboração com grau de realização de 40%, tendo sido apresentado e discutido a nível regional (Norte, Centro e Sul) o relatório intermédio do estudo;</p> <p>(ii) Plano Estratégico da DNGRH - elaborado, tendo sido apresentado e discutido em seminário a proposta draft final em Dezembro de 2016</p>

12	Estudar a possibilidade de inscrever o orçamento das Unidades de Gestão de Bacias Hidrográficas (UGBH) na Unidade de Gestão Beneficiária Executora (UGBE) da província onde estão sediadas	Promover um encontro com o MEF para a discussão da inscrição do OE das UGBH na UGBE da província onde estão localizadas	DNGRH DP	Dez. 2016	(i) Foram realizados 3 encontros com o MEF DNO, tendo sido recomendado que activação deste modelo deverá ser realizado no momento é que se faz a inscrição dos Orçamentos, através do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO) do e-SISTAFE para o ano de 2018. Este exercício é realizado no mês de Agosto de cada ano;(i) O MEF recomendou que verificasse se cada uma das UGBHs reúne condições que permitam a operação do sistema do orçamento e finanças para a sua execução no e-SISTAFE, nomeadamente, (i) agente de execução orçamental; (ii) agente de controlo interno e (iii) agente de execução financeira
----	--	---	----------	-----------	---

6. ANEXOS

6.1 Indicadores Dourados

Anexo 1 - Indicadores Dourados para a Gestão dos Recursos Hídricos 2016													Meta	
Indicador	Definição	Resultados											2017	
		06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16		
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas em um determinado período			800.000			50.000		350.000				NR	
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.											NR	NR	
Estações hidro-climatológicas construídas e reabilitadas	Número de estações hidro-climatológicas construídas e reabilitadas por ano.	37	62	75	54	42	80	50	55	90	30	24		
Infra-estruturas de retenção construídas e reabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano								0	2	2 ^o	1		
	Número de barragens médias construídas por ano								0	0	0	0		
	Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano.									0	0	0		
	Número de represas construídas e reabilitadas por ano.				3	5	3	12	3	0	1	2		
	Número de grandes barragens construídas/reabilitadas por ano.								1	1	1	1		

6.2 Projectos em Curso

Designação do Projecto	Objectivo	Período de Execução	Valor (USD)	Financiador
Projecto ASAS (ASAS V & ASAS VAT)	Capacitação e desenvolvimento institucional da DNGRH e ARASs	2012 - 2017	18.000.000	Governo da Holanda
Projecto de Transformação dos Serviços Hidrológicos e Meteorológicos (HYDROMET)	Melhorar os serviços hidroclimatológicos	2013 - 2017	15.000.000	Banco Mundial (Donativo)
Projecto de Melhoramento de Dados Espaciais e Gestão de Riscos na Bacia do Limpopo e Zambeze (LIDAR)	Mapear as áreas de risco de inundação ao longo das bacias hidrográficas do Limpopo e Zambeze	2015 - 2017	9.000.000	Banco Mundial (Donativo)
Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos	Desenvolvimento de recursos hídricos nacionais	2012 - 2018	70.000.000	Banco Mundial (Crédito)
Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos - Emergência	Responder a necessidades de reabilitação de emergência de infraestruturas hidráulicas danificadas pelas cheias de 2013 na bacia do rio Limpopo	2012 - 2018	32.000.000	Banco Mundial (Crédito)
Projecto de Gestão de Desastres Relacionados com a Água	Fortalecer a capacidade institucional da DNGRH e ARAs na gestão de cheias	2015 - 2017	1.500.000	Governo Japonês (Donativo)
Projecto de Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos	Elevar o nível de conhecimento sobre o potencialidade dos recursos hídricos em Moçambique	2016 - 2018	5.000.000	Governo da Coreia (Donativo)

8. REFERÊNCIAS

- CONSULTEC & SALOMON (2013) Avaliação Hidrológica e Hidráulica das Cheias em Moçambique 1977-2013: Relatório Final da Etapa I, Abril de 2013, Maputo, Moçambique.
- DNGRH (2016) Balanço do PES 2016 - Draft, Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, Maputo, Moçambique.
- LEI DE ÁGUAS (1991) Lei No. 16/91, de 3 de Agosto, Suplemento 2, Sábado, 3 de Agosto de 1991, Maputo, Moçambique.
- Inguane, R, Gallego-Ayala, J & Juízo, D (2014) Centralized water resources management in Mozambique: Challenges of implementation at the river basin level, *Physics and Chemistry of the Earth*, 67–69 (2014) 214–225.
- PES 2016, Proposta do Plano Económico e Social para 2016, Governo de Moçambique, Dezembro de 2015, Maputo, Moçambique.
- PQG 2015-2019, Programa Quinquenal do Governo Para 2015-2019, Governo de Moçambique, Resolução 12/2015. Imprensa Nacional, BR No. 29, Série - I, 14 de Abril de 2015.
- POLÍTICA DE ÁGUAS (2007) BR No. 43/1ª Série, 5º Suplemento, 30 de Outubro de 2007, Maputo, Moçambique.
- RADS (2015) Draft - Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2015, Direcção Nacional de Águas, Abril de 2016, Maputo, Moçambique.
- RADS (2014) Draft - Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2014, Direcção Nacional de Águas, Maio de 2015, Maputo, Moçambique.
- RADS (2013) Draft - Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2013, Direcção Nacional de Águas, Julho de 2014, Maputo, Moçambique.
- RADS (2012) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2012, Direcção Nacional de Águas, Março de 2013, Maputo, Moçambique.
- RADS (2011) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2011, Direcção Nacional de Águas, Abril de 2012, Maputo, Moçambique.
- RADS (2010) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2010, Direcção Nacional de Águas, Março de 2011, Maputo, Moçambique.
- Salomon (2016) Optimização Nacional do Monitoramento e Previsão Hidro-Meteorológica – Relatório Principal Final, DNA/Salomon, Maputo, Maio de 2016.